

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA NO BRASIL E EM PORTUGAL:
FUTURO PASSADO DAS HISTÓRIAS NACIONAIS EM UM PRESENTE INQUIETO

Acreditavam os portugueses em seus mitos? Ensaio sobre implicações éticas, figurações do historiador e funções da história em Alexandre Herculano (1846): uma leitura da polêmica de Ourique à luz do presente brasileiro

Did the Portuguese believe in their myths? Essay on ethical implications, figurations of the historian and functions of history in Alexandre Herculano (1846): a reading of the polemic of Ourique in the light of the present time in Brazil

Evandro dos Santos*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Seridó, RN, Brasil

RESUMO: Este artigo, escrito em formato ensaístico, examina um recorte específico da obra do historiador português Alexandre Herculano (1810-1877). Reconhecido por sua importância indelével para a historiografia portuguesa produzida no século XIX, tendo atuado, ainda, como jornalista, literato e gestor público, este importante homem de letras surpreendeu o clero de seu país ao publicar, em 1846, o primeiro volume de sua *História de Portugal*. Ao reconstituir o passado histórico que ajudaria a explicar as origens nacionais, após as guerras liberais de 1832-1834, Herculano assentou um corte entre a tradição fundadora, associada à crença na aparição de Cristo ao príncipe Afonso Henriques, e sua impossível comprovação histórica e documental. Portanto, o objetivo geral deste estudo é problematizar as implicações éticas assumidas pelo historiador português ao estabelecer diferentes cortes discursivos em seu trabalho com o passado, em particular, no que se refere ao mito de origem católico e os problemas demarcados no presente português oitocentista, que a história, como produto da busca pela verdade, deveria também auxiliar a resolver. Em termos teóricos, o artigo apresenta possibilidades analíticas e resultados amparados nos debates da área de história da historiografia, especialmente, no que diz respeito ao estudo da ética para historiadores em diferentes temporalidades.

PALAVRAS-CHAVE: História da historiografia. História e mito. Ética historiográfica. Alexandre Herculano.

* Professor do Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: evansantos.hist@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2844-4810>

ABSTRACT: *This article, written as an essay, examines a specific section of the work of the Portuguese historian Alexandre Herculano (1810-1877). Recognized for his indelible importance for the Portuguese historiography produced in the 19th century, being also a journalist, writer, and public administrator, this important scholar surprised the clergy of his country by publishing, in 1846, the first volume of his History of Portugal. When reconstructing the historical past that would help explain the national origins, after the liberal wars of 1832-1834, Herculano devised an excerpt on the founding tradition, associated with the belief in the appearance of Christ to Prince Afonso Henriques, and its impossible historical and documentary proof. Therefore, the general objective of this study is to problematize the ethical implications assumed by the Portuguese historian when establishing different discursive pieces in his work with the past, in particular, concerning the myth of Catholic origin and the problems demarcated in the present 19th century Portugal since history, as a product of the search for truth, should also help to solve. In theoretical terms, the article presents analytical possibilities and results supported by debates in the area of history of historiography, especially concerning the study of ethics for historians at different temporalities.*

KEYWORDS: *History of historiography. History and myth. Historiographical ethics. Alexandre Herculano.*

Para o pensamento mítico, a experiência cotidiana se esclarecia e adquiria sentido em relação aos atos exemplares praticados pelos deuses “na origem”. Invertem-se os termos da comparação entre os jônios. Os acontecimentos primitivos, as forças que produziram o cosmos se concebem à imagem dos fatos que se observam hoje e dependem de uma explicação análoga. Já não é o original que ilumina e transfigura o cotidiano; é o cotidiano que torna o original inteligível, fornecendo modelos para compreender como o mundo se formou e ordenou.

As origens do pensamento grego, Jean-Pierre Vernant

O “mito” e sua insistência no “eterno retorno”

Mito e origem são duas categorias centrais que se tornaram objeto de importantes estudos históricos e, principalmente, antropológicos, ainda que tenham, ao mesmo tempo, ocupado posição de contraponto capaz de justificar tais áreas de conhecimento na modernidade. No que diz respeito à história, Jean-Pierre Vernant, por exemplo, reforçou que foi no início do século VI, na Mileto jônica, que o pensamento mítico foi perdendo força perante um saber racional ligado ao desenvolvimento da filosofia (VERNANT, 2003, p. 109). Conforme aponta a epígrafe deste ensaio, era a experiência – no presente – que passava a determinar uma forma específica de se relacionar com o tempo. Dito de outra maneira, era a vida humana e sua expressão social que assumia a responsabilidade de explicar as origens, não o contrário. Outra ética do tempo entrava em operação. Assim, podemos deduzir que, naquele momento, outras ideias de história e de política tiveram oportunidade de emergir.

Por analogia, é possível a dedução de que algo semelhante se passou, em maior ou menor medida, nas experiências ocidentais do século XIX, com a constituição do moderno conceito de história e a função que esse saber passou a ter em diversos recortes espaciais (KOSELLECK, 2013). Por vezes, para pensar aquele século, ao utilizarmos conceitos significativamente amplos e generalizantes, tais quais “romantismo”, “liberalismo” ou “ciência”, perdemos a profundidade analítica de como, em determinada experiência histórica e cultural, as ideias associadas a esses

conceitos foram articuladas e, de fato, afetaram sujeitos e instituições. Por isso, torna-se pertinente recuperar episódios que nos ajudem a devolver o “presente” oitocentista a nós mesmos e, com sorte, contribuir com a crítica de movimentos reacionários que, não por acaso, retomam, neste século XXI, discursos e práticas intrinsecamente vinculados ao contexto de constituição das disputas nacionalistas. O que é importante que seja reconstituído sobre a vida, sobre o tempo presente do século XIX, para além dos usos do passado, nos moldes conservadores da “nação”? (GODINHO, 2004, p. VIII). O que se justifica ser ensinado sobre os começos àquela época escolhidos?

Como pesquisador brasileiro, por ocasião de meu estágio de doutoramento em Portugal, sob a supervisão do historiador Fernando Catroga, um dos assuntos que mais atraíram minha atenção foi a obra do historiador português Alexandre Herculano (1810-1877). Desenvolvia, à época, uma tese sobre o que chamei de uma *ética historiográfica* constituída a partir da obra do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e que poderia ser pensada para o século XIX. No entanto, no que se refere à obra de Herculano, o caráter polemista de sua atuação como homem de letras convocava à reflexão acerca da figuração passível de ser atribuída ao estudioso de história e, em especial, à função que esse conhecimento deveria ter no mundo que lhe era contemporâneo (SANTOS, 2018a). O ponto de partida pensado para este artigo, escrito em formato ensaístico, é justamente esse.

Fernando Catroga destaca que, dentre os historiadores que vivenciaram as guerras liberais, ao longo da década de 1830, Herculano acabaria por se tornar um dos “mediadores da verdade” mais destacados, convertendo-se, de fato, em um ícone do que se pode chamar de historicismo romântico português (CATROGA, 1998, p. 45-48). Ainda, conforme Catroga, esse historicismo romântico seria convertido em um pragmatismo que entendia a necessidade de “regeneração” nacionalizadora e busca pelas origens portuguesas. Nesse sentido, o que importa ser ressaltado é a constatação de que a busca pelas origens que dariam corpo ao passado nacional português somente faria jus aos esforços caso estivesse associada às demandas do presente (CATROGA, 1998, p. 46). Desse modo, percebe-se que a pesquisa do passado não omitia seu caráter ético e político, sem que essa ampla acepção de história comprometesse seus variados usos à época.

Em conjuntura de aguda crise político-institucional e econômica, como a vista no Brasil dos últimos anos, capaz de autorizar, inclusive, a perseguição aos profissionais de história, é fundamental intentarmos garantir profundidade histórica às experiências vividas como imediatas e imprevisíveis por algumas gerações que convivem nesse determinado presente (PINHA, 2016). O que se pode verificar na polêmica que será brevemente examinada neste artigo é que Herculano, ao pensar a escrita de uma história oficial de Portugal, deslocou o pensamento mítico e alterou seu relacionamento com aquilo que era entendido como as “origens nacionais”, refazendo, por analogia, o corte estabelecido pelos jônios entre mito e verdade histórica, como explicou Vernant e tantos outros estudiosos do mundo antigo. No Brasil atual, parcela dos atores que se manifestam no debate público, em razão dos cargos eletivos que ocupam, defendem o resgate de ideias e valores ligados aos nacionalismos do século XIX, amparados, sobretudo, no suposto conservadorismo generalizado que caracterizaria a sociedade brasileira e sua cultura. Alguns historiadores também cederam às demandas de determinadas audiências e passaram a ocupar o espaço público após processos de adaptação nem sempre consensuais (NICOLAZZI, 2018). Cria-se, assim, o “mito” e a “origem”: antes de sermos o que nos tornamos nos últimos anos já fomos por muito tempo outra coisa. O mal estar na cultura seria, portanto, solucionado com o eterno retorno às origens

nacionais, impessoais e apaziguadoras. Ora, abre-se, portanto, a oportunidade para que profissionais de história, estudiosos do tempo por excelência, encontrem novas formas de divulgação de um conhecimento que, se enquanto era acumulado (em épocas de maior consenso político e social), não interessava imediatamente ao debate nacional mais geral, hoje converte-se em um potente discurso de crítica da cultura (RANGEL, 2019).

Nesse horizonte, cabe retomar, de maneira crítica, a problemática da nação como eixo norteador de todo debate acerca da história, no século XIX (PALTI, 2006). Diante de projetos de grande porte – a fundação da nação, no caso do Brasil independente, e a regeneração nacional, no caso do Portugal posterior às guerras civis –, a noção de história, com sua reconhecida plasticidade, ocuparia posição central no desafiador trabalho de garantir algumas possibilidades de unidade na infinita diversidade do mundo (TURIN, 2018). A partir deste ponto, pretendo concentrar-me na experiência portuguesa oitocentista, em particular, em uma das mais conhecidas polêmicas que marcaram a vida e a atuação de Alexandre Herculano, qual seja: o deslocamento do chamado “milagre de Ourique” para as fronteiras da história oficial de Portugal. O exame do contingenciamento temporal dos mitos pela história é o mote a ser desenvolvido ao longo da próxima seção deste artigo, que é livremente inspirado nas reflexões teóricas de Temístocles Cezar, acerca da realidade do tempo e de sua historicização, seja pela própria história, seja pela ficção (CEZAR, 2013).

Algumas verdades não são (mais) históricas

Para quem se dedica aos estudos de história da historiografia portuguesa do século XIX, Alexandre Herculano apresenta-se como um nome onipresente e incontornável. Ele está em todos os lugares. Tal constatação pode ser verificada ao folhear-se o sumário da anteriormente citada obra *História da história em Portugal*, de Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, cujo primeiro volume foi publicado em 1998. Herculano marca um “antes” e um “depois” (TORRAL; MENDES; CATROGA, 1998, p. 23-98). Além de atribuir certa temporalidade e cronologia à compreensão da história da história de seu país, o historiador em questão foi convertido em parâmetro de comparação para as mais diversas propostas analíticas entre aqueles que o sucederam. Importantes historiadoras e historiadores de Portugal – como António José Saraiva (1949), Joaquim Barradas de Carvalho (1971), Joaquim Veríssimo Serrão (1977), Ana Isabel Buescu (1987) e Sérgio Campos Matos (1998, 2008) – dedicaram-se ao exame de sua trajetória e de seus escritos que, ainda hoje, inquietam pelas múltiplas possibilidades de releitura. No Brasil, por conseguinte, o interesse pelo legado de Herculano, no que tange às pesquisas de história da historiografia tem ganhado visibilidade. Em busca rápida junto ao catálogo de *História da Historiografia*, o mais importante periódico especializado da área no país, verificamos a distribuição de cinco artigos ao longo do período de existência da revista, cuja chamada via palavras-chave reportam ao historiador oitocentista (PROTÁSIO, 2013; TASCA, 2017; SANTOS, 2018b; ASSIS, 2020; TASCA, 2020).

Sem dúvida, a existência de Herculano, a força de sua atuação e produção (seja histórica, seja ficcional), contribuem com investigações que podem ser desdobradas em diferentes agendas atualmente entendidas como prioritárias aos estudos de história da historiografia. Se já contamos com aprofundados trabalhos dedicados ao exame das especificidades das dimensões românticas, historicistas e liberais de seu legado, a meu ver, o texto de Herculano, quando convertido em fonte histórica, alimenta pautas de investigação de vulto como, a título de exemplo: histórias nacionais

e conexões globais, relações entre história e o campo ficcional, tempo presente e usos do passado, divulgação e difusão da história, objetividade e subjetividade na história e, em especial, exames mais verticais sobre ética e papel social de historiadores. É importante dizer que algumas dessas perspectivas já foram ou vêm sendo investigadas nos últimos vinte anos, por pesquisadores que serão mobilizados adiante.

No entanto, para dar encaminhamento à questão que importa ao presente artigo, merece ênfase o capítulo intitulado *Historiografia e mito: o caso de Alexandre Herculano*, de Ana Isabel Buescu, parte da obra *Historiografia e memórias (séculos XIX-XXI)*, coletânea organizada por Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (2012, p. 121-142). A historiadora já havia se dedicado a um aprofundado estudo acerca do tema (BUESCU, 1987). Porém, no texto supracitado, além de destacar a importância da polêmica como meio utilizado por Herculano para inserção na vida pública, algo comum no século XIX, ela vai examinar como a celeuma clerical em torno da publicação do primeiro volume da obra *Historia de Portugal*, datada de janeiro de 1846 (a coleção encerra-se em 1853, ainda que incompleta em sua forma), surpreendeu o historiador oitocentista e, sobretudo, tornou patente um dos condicionantes do discurso sobre a verdade histórica na época: suas disputas com a tradição (BUESCU, 2012, p. 127). A referida contenda tinha relação com uma nota (a famigerada “nota 16”) incluída na obra em questão, na qual o chamado *milagre de Ourique*, relato preservado pela tradição e que narra a suposta aparição de Cristo para o príncipe Afonso Henriques, era tratado por Herculano como uma fábula sem comprovação documental. Uma síntese sobre o assunto pode ser encontrada no livro *História da história em Portugal* (TORGAL; MENDES; CATROGA, 1998, p. 84-87).

A despeito da ideia geral, presente na obra supracitada, e ratificada por Buescu (2012, p. 128), sobre o suposto silêncio de Herculano no imediato contexto de recepção das críticas ao primeiro volume de sua obra, podemos considerar que sua manifestação pela imprensa, antes mesmo da publicação ser divulgada na sua completude, em certa medida, constituiu-se em uma réplica urgente de defesa do modelo de história que ele havia proposto. A publicação de uma “Carta do Autor” nas páginas da *Revista Universal Lisbonense*, datada de 08 de abril de 1846, evidencia o que estava em questão:

É preciso, todavia, convirmos sobre a ideia que temos de associar à palavra *tradição*. Se entendermos a tradição oral, que só aparece, dizendo-se muito, muito, muito antiga, três ou quatro séculos depois do fato a que se refere, sem que dela se encontre a menor sombra nos monumentos coevos ou quase coevos em que naturalmente se devia mencionar, confesso ao meu douto impugnador que o único sentimento que essa tradição produz em mim é uma grande vontade de rir; porque já, pela experiência, prevejo que há de ser absurda (HERCULANO, 1846, p. 513).

Herculano, na ocasião, utilizara a imprensa para sustentar a concepção de história e de prática historiográfica que norteava o trabalho que se iniciava com aquele primeiro volume. Algo poucas vezes observado nos estudos sobre as histórias nacionais, em diferentes contextos historiográficos, é a necessidade de se avaliar a diversidade nos usos da história levados a cabo pelos homens de letras no século XIX, especialmente, até a década de 1860 (MATOS, 1998, p. 275). Esta pode ser outra forma de avaliar os percursos do conhecimento histórico na modernidade, em sua busca gradual e simultânea no sentido de afastar-se da teologia e da filosofia da história – ambas com

pretensões universalizantes – e de aproximar-se das ciências (naturais e, depois, sociais), campo no qual poderia preservar suas múltiplas possibilidades (CATROGA, 2011, p. 105). Por outro lado, ao levar à imprensa periódica de caráter generalista esse debate, Herculano fortalece a impressão de que a história, apesar de assumir uma face mais especializada e metodologicamente controlada, ainda não era um discurso dominado apenas por iniciados (se é que em algum momento passou a ser) (MATOS, 1998, p. 145).

A opção por investir não no conjunto da polêmica, que vai se desdobrar, de modo significativo, entre 1850 e 1857, mas em seu ano de início (1846) é proposital. A constatação de Buescu, em seu estudo detalhado do assunto, é pertinente ao argumento que se quer desenvolver nesse artigo:

Não existe, pois, a nosso ver, nas primeiras reacções à *História de Portugal*, qualquer indício de uma confrontação ideológica de incidência clerical. O que coloca Maggessi Tavares e Fonseca Pereira num campo oposto a Herculano é uma noção de história, e muito particularmente uma explicação da nacionalidade que não se coadunam; concepções irreduzíveis à unidade, mas que nem por isso conduzem a uma radicalização ou a uma violência no discurso, ou ainda a um aproveitamento da posição de Herculano para uma condenação de carácter religioso facto que, como veremos, virá a suceder de modo muito claro na polémica agora iniciada (BUESCU, 1987, p. 19).

Uma noção de história pautada na negativa da tradição e, por vezes, até mesmo entendida como seu rechaço. Esse seria o ponto de virada que a *Historia de Portugal* traria à baila no ano de 1846. De certa maneira, ainda conforme Buescu, o debate, nesse ponto, nem poderia ser considerado uma polêmica, no sentido público do termo. Tratava-se de uma discussão entre homens de letras. Esses sujeitos estavam ocupados do projeto que afetava a todos naquele momento, isto é, as definições sobre a nacionalidade. Importa destacar que, de fato, Herculano parece ter optado, quando de seu envolvimento com a pesquisa que daria origem à sua obra historiográfica mais conhecida, por outra forma de relação não apenas com os mitos fundadores, mas com sua própria condição existencial, no que tocava à nacionalidade. Na advertência que abre o primeiro volume da *Historia de Portugal* escreveu:

Convertendo em realidade o meu pensamento, procurei esquecer-me de que sou português, e parece-me tê-lo alcançado. O patriotismo pode inspirar a poesia; pode aviventar o estilo; mas é o péssimo conselheiro do historiador. Quantas vezes, levado de tão mal guia, ele vê os fatos através do prisma das preocupações nacionais, e nem sequer suspeita que o mundo se rirá, não só dele, o que pouco importará, mas também da credulidade e ignorância do seu país, o qual desonrou, crendo exaltá-lo! Dos que por má fé assim procedem não falo eu aqui. Esses lisonjeiros das multidões são tão abjetos como os lisonjeiros dos reis, quando os reis eram os dispensadores das reputações e das recompensas (HERCULANO, 1846, p. VIII).

A escolha por delimitar certa concepção de verdade histórica, pautada em indícios materiais e na crítica documental, encontrava, no texto da *Historia de Portugal*, o suporte formal e um corte discursivo que, anteriormente, não era identificado. A partir da década de 1840, os debates propostos sob à égide da autoridade do historiador passam, gradativamente, a ocupar espaços específicos, quando as questões postas nas discussões são de natureza metodológica ou envolvem, francamente, pontos ontológicos em relação ao passado. O argumento ora colocado sustenta-se, sobremaneira, no exame dos escritos de Herculano distribuídos nas páginas de periódicos portugueses e, sobretudo,

em seus contos históricos publicados, originalmente, nesses mesmos jornais e revistas (é inevitável citar a importância do trabalho do historiador junto ao *Panorama*, importante publicação periódica, propagadora de ideais românticos entre os letrados portugueses).

Assim, o que se percebe, a partir do percurso da obra de Herculano, são mutações tanto na história erudita como na historiografia de divulgação, a partir de meados da década de 1840. No que toca a esse aspecto, o trabalho do historiador Sérgio Campos Matos ocupa inquestionável centralidade. Antes mesmo que campos de pesquisa hoje em franco crescimento (no Brasil), como o Ensino de História e a História Pública, ganhassem espaço mais evidente na agenda de historiadores, Matos propunha um exame historiográfico, tendo por recorte o Portugal oitocentista (especificamente, entre 1846 e 1898), no qual investigava, em simultâneo, a pesquisa, o ensino e a divulgação da história. Ao examinar, em sentido amplo, as relações entre história e memória, no século XIX português, o historiador trouxe resultados que auxiliam, de modo significativo, na compreensão dos trânsitos de Herculano e de suas escolhas em cada conjuntura. Matos ratifica a leitura de que a historiografia portuguesa foi demarcada pela obra de Herculano (particularmente, a *Historia de Portugal*) e apresenta-se como importante fonte aos estudos de história da historiografia e sobre a problemática da nação (MATOS, 1998, p. 88).

Na verdade, muito do que foi desenvolvido na sociedade e na cultura portuguesas da década de 1840, e que tem o nome de Herculano como central, resultou da experiência da Guerra-Civil de 1832-1834. Foi a partir de acontecimentos a ela vinculados que a história pátria se converteu em uma preocupação coletiva de outra ordem, que tinha por escopo a composição de uma memória da nação que se diferenciava da historiografia acadêmica clássica:

Esta visão negativa da historiografia anterior à instauração do sistema liberal significava, muito claramente, a rejeição de uma memória histórica, do modo como essa memória se estruturava e do sentido cultural e político que encerrava. Já a alguns historiadores que haviam vivido a conturbada época da instauração do regime liberal – caso de Herculano – se impusera a necessidade de dispor de “conceitos próprios com que interpretasse[m] a história de Portugal”, condição para que o liberalismo se implantasse na sua dimensão cultural. A teoria política que o autor dos *Opúsculos* desenvolveu acerca da formação de Portugal, afastando assim a tese providencialista que vira na batalha de Ourique o momento de fundação e a promessa de um destino imperial a cumprir, constituía, a este respeito, um exemplo pertinente (MATOS, 1998, p. 65).

Como se pode depreender da análise trazida por Sérgio Campos Matos, um desses novos conceitos, requisitados pelo novo contexto político, era a própria categoria “história”. Ainda, é possível a verificação de que esta nova história que estava por ser escrita exigia, em paralelo, um novo historiador. Como a maioria dos homens de letras de seu tempo, Herculano produziu obra diversa e, sem dúvida, desenvolveu interpretações e projetos de cunho político, atinentes ao cotidiano da vida pública na qual estava inserido (MACHADO, 2011). Não é sem razão que Matos propõe uma distinção prévia a ser observada no conjunto de escritos de Herculano: de um lado, as obras de divulgação (como as novelas históricas e os artigos publicados na imprensa), e, de outro, as obras eruditas (em especial, a *Historia de Portugal*). Para Matos, a própria guinada rumo à história erudita fez com que Herculano abandonasse a divulgação histórica, recaindo esta sobre publicistas sem especialização mais estritas com a pesquisa (MATOS, 2008).

Todavia, acerca da questão central aqui tratada – as relações da obra de Herculano com o mito e as tradições – Matos afirma que “[...] até à publicação do primeiro volume da *Historia de Portugal* (1846), Herculano se interessou tanto pela verdade histórica como pela tradição verossímil (não necessariamente autêntica)” (MATOS, 2008, p. 162). Nesse ponto, nota-se que, da mesma forma que diversos letrados oitocentistas transitaram entre a história e a ficção, Herculano produziu uma obra que representa o contexto intelectual e a época na qual estava inserido: fronteiras menos rígidas, diversidade temática e, sobretudo, um inegável engajamento político (MARINHO, 1999). Afinal, o mesmo Alexandre Herculano que punha em xeque o patriotismo, na abertura de sua grande obra historiográfica, naquele movimentado ano de 1846, era o mesmo que, antes e depois, atuaria intensamente nas disputas políticas de seu país, por vezes, aplicando um uso consciente da narrativa histórica, como fez ao publicar sua *História da origem e do estabelecimento da inquisição em Portugal*, que começa a circular em 1852, e que, de certa maneira, compõe o momento público da polêmica que foi neste artigo examinada no contexto de sua emergência (DARBORD, 1986, p. 295-345). Em outra oportunidade, espera-se, o apogeu desse conhecido confronto poderá ser examinado.

Considerações finais: que futuros as crises permitem construir?

A polêmica, como recurso de inserção no debate público, mesmo quando mobilizada por interesses mais pessoais, garante um substrato da ordem do imponderável que é muito rico à história da historiografia. O polemista raramente sabe exatamente como se dará o desfecho da contenda, se suas ideias serão defendidas ou refutadas e em que medida as posições intermediárias entre a glória e o esquecimento garantirão sua vitória ou negação pública. De qualquer modo, examinar polêmicas corresponde a entrar em contato com a dinâmica mesmo da experiência histórica, na qual sujeitos atuantes acertam, erram, atacam e defendem-se, sem garantias de futuro. De certa forma, enquanto experimentam a disputa, eles fazem, justamente, o que chamamos de futuro. Por isso, não importa muito ao historiador da historiografia encontrar a resposta sobre quem venceu ou perdeu uma polêmica, mas, isto sim, interessa entender porque a polêmica se fez e quais as consequências dela. Também por isso, a pergunta retórica que dá título ao presente artigo, inspirada pela clássica obra do historiador Paul Veyne (*Acreditavam os gregos em seus mitos?* cuja primeira edição original data de 1983), diz um pouco sobre o que essa análise pretendeu:

O propósito deste livro era pois muito simples. Apenas com a leitura do título, qualquer um com a menor cultura histórica teria respondido antecipadamente: “Mas é claro que eles acreditavam em seus mitos!” Nós quisemos simplesmente fazer com que o que era evidente para “eles” o fosse também para nós e extrair as implicações desta verdade primeira (VEYNE, 1984, p. 146).

Sem dúvida, a partir da leitura dos aprofundados estudos mencionados ao longo da análise, conhecemos as motivações pessoais de Herculano e aprendemos que sua tomada de posição não era exatamente original, mas acompanhava um debate que remontava, no mínimo, ao século XVIII. Percebemos, ainda, que as relações do grande historiador português com os mitos e lendas de

origem não eram tão objetivas e rígidas como pode parecer ao leitor desavisado de sua *Historia de Portugal* (MATOS, 1998). Além disso, somos informados de que não foi o conjunto da população portuguesa da época que reagiu violentamente à proposta interpretativa sugerida por Herculano, mas parte do clero católico e, mais detalhadamente, a parcela mais conversadora e reacionária que convivia com o conjunto mais amplo que formava a sociedade da época (BUESCU, 1987). Contudo, importa destacar que, ao analisarmos as formas de crença e/ou descrença nos mitos, acabamos por saber mais sobre a crença moderna na história e sobre a própria história dessa crença (HARTOG, 2017). Não deixa de ser o mesmo movimento feito por Veyne em seu instigante trabalho.

Da polêmica à crise, da crise à polêmica. Como foi dito acima, o contexto de emergência da arenga entre parte do clero português e Herculano era posterior ao longo período de crise e instabilidade política pela qual havia passado Portugal na década de 1830. Apesar de todas as dificuldades e do lento progresso, é certo que os campos da historiografia erudita, da historiografia de divulgação e, em especial, da instrução pública avançaram significativamente no Portugal da época de Herculano e de outros e sua geração. Havia um preço a ser pago pelos anos de guerra civil, mas havia, em contrapartida, o estímulo a projetos, novas concepções de história, de arte, de ciência e de vida. Dos movimentos assíncronos entre mitos historicizados e histórias propensas à mitificação, fez-se à história e construiu-se a nação no século XIX.

Voltar ao começo, buscar as origens: perigosa sedução da cultura, fascínio de quem escreve. Por fim, gostaria de encerrar apontando para dois começos que não são meus. Intentei, neste artigo, recuperar o “tempo perdido”, o tempo presente, os afetos e convicções que mobilizaram Alexandre Herculano e o provocaram a investir em respostas que, mais que destinatários, encontraram um vasto campo de possibilidades. Interessava à reflexão recuperar as implicações de Herculano como sujeito histórico (no sentido atribuído pela psicanálise), verificar o que o fazia responder tão fortemente a ponto de, como consequência, ajudar a constituir e promover uma relativamente nova noção de história em seu país, bem como uma nova figuração para o historiador, como agente especializado na crítica da cultura. Revisitar esta querela, ainda que brevemente, pode fornecer recursos para a ainda não encerrada crítica do historicismo. Dito de outra maneira, estudos de história da historiografia têm o potencial de convidar à indagação sobre qual é a história mais pertinente à cada presente.

Para encerrar, o primeiro começo que gostaria de mencionar trata-se do prefácio escrito pela historiadora Regina Horta Duarte ao livro *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste, 1920-1950)*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013, p. 13-16). Atenta, Duarte observa que a obra em questão consistia em uma análise intimamente ligada ao presente, posto ser fruto de um incômodo que acompanhava o autor ao longo de sua existência, qual seja, os estereótipos ligados ao folclorismo e à certa visão idealizada da cultura popular de sua região (o título do prefácio é justamente *Uma história para o presente*). O segundo começo a que me referi consiste no prefácio escrito pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro para a tradução brasileira da volumosa obra *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015, p. 11-41). O prefaciador faz, ao longo do texto, uma série de jogos com o tempo, convidando os leitores a refletirem sobre a historicidade da obra, cujo conteúdo foi elaborado ao longo de quase duas décadas, a primeira edição (francesa) saiu cinco anos antes que a versão brasileira ganhasse sua impressão. À revelia de todos esses desencontros cronológicos, diz Viveiros de Castro:

O depoimento-profecia de Kopenawa aparece, assim, em boa hora; porque a hora, claro está, é péssima. Neste momento, nesta República, neste governo, assistimos a uma concertada maquinação política que tem como alvo as áreas de preservação ambiental, as comunidades quilombolas, as reservas extrativistas e em especial os territórios indígenas (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 19).

Infelizmente, é preciso que se diga, a hora não melhorou desde que o prefácio acima foi escrito. Ao contrário. A crise brasileira agudizou-se e a mensagem profética dos povos das matas encontra dificuldade para ser ouvida e apreendida. Princípio sociológico e antropológico, quando a nação entra em crise, aqueles que ousam sustentar sua diferença e ocupam o honroso lugar da transgressão em um tempo tristemente autoritário são os mais afetados. Que se façam futuros melhores por meio de uma história cuidadosa para com um presente em crise.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular* (nordeste, 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.
- ASSIS, Alfaix Assis. Alexandre Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 13, n. 32, p. 289-329, 28 abr. 2020.
- BUESCU, Ana Isabel. Historiografia e mito: o caso de Alexandre Herculano. In: MATOS, Sérgio Campos; JOÃO, Maria Isabel (org.). *Historiografia e memórias (séculos XIX-XXI)*. Lisboa: Centro de História, Universidade de Lisboa; Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta, 2012. p. 121-142.
- BUESCU, Maria Isabel. *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*. Uma polémica oitocentista. Lisboa: INIC, 1987.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*. 2. ed. corr. e aum. Lisboa: Seara Nova, 1971.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Lisboa: Almedina, 2011.
- CEZAR, Temístocles. Tempo e escrita da história. Ensaio sobre apropriação historiográfica do presente. In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org.). *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 71-89.
- DARBORD, Arlette. *Alexandre Herculano et la bataille d'Ourique*. Histoire d'une polemique. Separata. Arquivos do Centro Cultural Português XXII. Lisboa; Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Portugal: a emergência de uma nação. Das raízes a 1480*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- HERCULANO, Alexandre. Historia de Portugal pelo Sr. A. Herculano (Carta do autor). *Revista Universal Lisbonense*. Tomo V. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1846. p. 509-514.
- HERCULANO, Alexandre. *Historia de Portugal*. Tomo Primeiro. Lisboa, em casa da viúva Bertrand e filhos, 1846.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- MACHADO, Veronica Castanheira. *"O dilatar da nação": a dimensão do político na historiografia de Alexandre Herculano (1839-1850)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.

- MATOS, Sérgio Campos. Narrativa e divulgação da história em Alexandre Herculano. In: MATOS, Sérgio Campos. *Consciência histórica e nacionalismo, Portugal, séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 159-170.
- MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- NEMÉSIO, Vitorino. *A mocidade de Herculano*. Lisboa: INCM, 2003.
- NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas: o historiador público em um mundo não linear. *Revista Maracanan*, v. 1, p. 18-34, 2018.
- PALTI, Elías. *La nación como problema*. Los historiadores y la “cuestion nacional”. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- PINHA, Daniel. Ampliação e veto ao debate público na escola: história pública, ensino de história e o projeto “Escola sem Partido”. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 11-34, 2016.
- PROTÁSIO, Daniel Estudante. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 7, n. 14, p. 27-43, 12 nov. 2013.
- RANGEL, Marcelo. The urgency of the ethical: the ethical-political turn in the theory of history and in the history of historiography. *Ponta de Lança*, Sergipe, v. 13, p. 27-46, 2019.
- SANTOS, Evandro. Fragmentos de ética: figurações do historiador oitocentista em Alexandre Herculano. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 26, 29 abr. 2018b.
- SANTOS, Evandro. História e ficção: os princípios da representação em Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 50-61, jan./abr. 2018a.
- SARAIVA, António José. *Herculano e o liberalismo em Portugal: os problemas morais e culturais da instauração do regime*. Lisboa: [s. n.], 1949.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Herculano e a consciência do Liberalismo Português*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.
- TASCA, Michelle Fernanda. A culta barbaria: ruínas e patrimônio em Alexandre Herculano. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 13, n. 34, p. 77-101, 13 dez. 2020.
- TASCA, Michelle Fernanda. Alexandre Herculano e a construção do historiador. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 10, n. 24, 31 out. 2017.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. *Tempo*, Niterói, v. 24, p. 168-205, 2018.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 13. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio – O recado da mata. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 11-41.

Data de recebimento: 15/03/2021

Data de aprovação: 20/09/2021